

Ofício nº 028/2026

Jacaré dos Homens – AL, 23 de Abril de 2026.

Exmo. Senhor Conselheiro **FERNANDO RIBEIRO TOLEDO**

M.D. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Maceió – Alagoas

Assunto: **Encaminhamento da Prestação de Contas Geral (anexo I e II)**

Senhor Presidente,

Encaminho a V.Exª, a Prestação de Contas Geral da Prefeitura Municipal de Jacaré dos Homens, relativa o Exercício financeiro de 2025, elaborada conforme normas técnicas estatuídas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para que seja apreciado por essa Augusta Corte de Contas.

Conforme determinação da Resolução Normativa nº 001/2016 e RN 03/2024, segue anexo sumário contendo os itens solicitados pela mencionada resolução, ao mesmo tempo em que me responsabilizando pela veracidade dos documentos ora acostados.

Sendo o que se apresenta aproveito o ensejo para externar meus protestos de estima e consideração. Atenciosamente



MARIA DO SOCORRO MELO DA SILVA

Prefeita

Anexo II

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
ITEM	DOCUMENTAÇÃO	LEGISLAÇÃO
01	Mensagem de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Caso o gestor, também seja ordenador de despesas, Relatório de Gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Demonstrativo dos Fluxos de Caixa	Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações posteriores (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público)
04	Relatório e Parecer conclusivo emitido pela unidade executora do Controle Interno seguindo os moldes previstos na Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL e seu Anexo I.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 - LOTCE/AL, LC nº 101/00 - LRF e IN nº 03/11 TCE/AL
05	Cópia do ato que nomeou o servidor encarregado de chefiar o SCI.	Art.11, §1º, inc. II da Instrução Normativa nº 03/2011 - TCE/AL
06	Rol dos responsáveis pelo Executivo (Prefeito e Vice-Prefeito), secretarias, controle interno, tesouraria, almoxarifado, patrimônio e fundos especiais, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições.	Art. 10, caput da Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL e art. 8º da Resolução nº 03/01 - RITCE/AL
07	Termo de Conferência das disponibilidades (caixa e banco) com assinatura(s) do(s) responsável (is).	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas), identificando as contas de depósito na área da saúde, educação e assistência social (recursos próprios, assim como os advindo do SUS, do FUNDEB etc).	RN nº 02/03 TCE/AL
09	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
10	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados, evidenciando as áreas da Saúde, da Educação Assistência Social (empenhadas com recursos próprios e advindos do SUS, do FUNDEB, etc).	LF nº 4.320/64
11	Inventário dos bens móveis e imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL
12	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
13	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quanto houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
14	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício, identificando os pertinentes à Saúde, Educação e Assistência Social.	Lei Federal nº 8.666/93e RN nº 02/03 TCE/AL

15	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação, identificando as pertinentes à Saúde e Educação e Assistência Social.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
16	Nome dos servidores que compõem a Comissão de Licitação/Pregoeiro e equipe de apoio e os respectivos cargos/funções na administração pública	Lei Federal nº 8.666/93 e legislação afim.
17	Relação dos contratos, inclusive aditamentos e apostilamentos, convênios e assemelhados, celebrados com órgãos públicos no	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
18	Relação dos Contratos de Gestão, Termos de Parceria e Cooperação, e Convênios firmados no exercício com entidades do Terceiro Setor.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
19	Rol dos Adiantamentos (Suprimento de Fundos)	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Cópia do Relatório de Gestão do Conselho da Assistência Social e da norma instituidora deste.	Lei nº 8.742/93 e do Decreto nº 7.788/12
21	Cópia da norma instituidora do Conselho do FUNDEB e do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.	LF nº 11.494/07
22	Cópia do parecer do Conselho do FUNDEB.	LF nº 11.494/07
23	Cópia da avaliação do Conselho da Saúde e da norma instituidora deste.	Art. 41 da LC nº 141/12
24	Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP	Decreto nº 3.788/01 da PR
25	Cópias dos instrumentos contratuais de parcelamentos e os extratos dos pagamentos pertencentes à Dívida Fundada Interna/Externa (Ex.	Art. 98, parágrafo único da LF nº 4.320/64
26	Declaração de Bens (Patrimonial) do gestor	Lei nº 8429/1992 – Art. 13
27	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS), cópia da Lei de fixação dos subsídios do funcionalismo público, bem como o ato de nomeação dos mesmos.	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.


